

tecnologias adotadas são freqüentemente ressignificadas, sofrendo uma adaptação ou re-elaboração em sua forma e em seu conteúdo. E é precisamente o arranjo de forças resultante das especificidades ecológicas regionais, características socioculturais, organização, assessoria técnica, políticas públicas, etc. que irá determinar o padrão tecnológico resultante (muito mais do que se o produto for considerado, por exemplo, como sendo orgânico ou não).

Convém salientar ainda que, embora o padrão dominante de agricultura seja socialmente construído, existem condicionantes biofísicos e ecológicos que não devem ser esquecidos. Além disso, a adoção de estilos alternativos de agricultura não requer, por parte dos agricultores, uma prévia "adesão" à modernização da produção. Antes, ao contrário, o relativo "atraso" econômico-social e/ou tecnológico em que se encontram determinadas regiões pode ser um fator de estímulo para a adoção da agricultura alternativa (orgânica, ecológica ou mesmo outras modalidades) como aliás é o caso de algumas regiões onde a modernização da agricultura não se fez sentir com tanta intensidade, a exemplo das regiões de Ipê e Antônio Prado, no Rio Grande do Sul.

Por fim, as políticas públicas voltadas à promoção de estilos alternativos de agricultura não devem ser vistas sob a ótica produtivista ou de 'subsídios injustificáveis', mas assumem um caráter de "acúmulo de experiências" que desempenha um papel fundamental na promoção de uma agricultura mais parcimoniosa no uso de recursos naturais e socialmente mais justa.

Literatura citada

1. VEIGA, J.E. Problemas da transição à agricultura sustentável. *Revista de Estudos Econômicos*, v.24, n. especial, p.9-29, 1994.
2. PAULUS, G. *Do padrão moderno à agricultura alternativa: possibilidades*

de transição. 1999. 171p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

3. BRASIL. Ministério da Agricultura. Instrução Normativa n.7, de maio de 1999. Estabelece as normas para produção e certificação de produtos orgânicos.

Gervásio Paulus, eng. agr., M.Sc., Cart. Prof. 069.103, Crea-RS, Emater-RS, Rua Botafogo, 1.051, 90150-053 Porto Alegre, RS, e-mail: gervasio@guaiba.emater.tche.br; **Sandro Luis Schindwein**, UFSC/CCA – Departamento de Engenharia Rural, C.P.476, 88040-900 Florianópolis, SC, e-mail: sshlind@mbox1.ufsc.br.

O Pronaf e a agricultura familiar catarinense

Djalma Rogério Guimarães, Carlos Nery R. Cavalheiro e Carlos Luiz Gandin

O conceito de agricultura familiar é recente. Até pouco tempo, falava-se em pequeno produtor para designar o agricultor familiar e em pequena propriedade para designar a agricultura familiar. Em linhas gerais, a agricultura familiar tem duas características preponderantes: gestão ou administração familiar e trabalho predominantemente familiar.

Santa Catarina, pela diversidade e riqueza de seu patrimônio natural e pela estrutura fundiária, caracteriza-se pela presença da agricultura familiar. Do ponto de vista agrícola, destaca-se pelos resultados atribuídos a este modelo. É um dos seis principais Estados produtores de alimentos e apresenta bons índices de rendimento, graças à capacidade de trabalho e de inovação dos produtores, ao emprego de tecnologias adequadas e, principalmente, à agricultura familiar. De acordo com as estimativas baseadas nos critérios de classificação do

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf –, o segmento da agricultura familiar representa um universo de 180 mil famílias, ou seja, mais de 90% da população rural. Estas famílias de agricultores, apesar de ocuparem apenas 41% da área rural, são responsáveis por mais de 70% da produção agrícola e pesqueira do Estado, destacando-se na produção de 67% do feijão, 70% do milho, 80% dos suínos e aves, 83% do leite e 91% da cebola.

No entanto, os impactos adversos do processo de globalização, juntamente com as condições internas desfavoráveis, vêm afetando fortemente o meio rural e, atualmente, mostram seus efeitos negativos sobre o modelo agrícola. Assim, se de um lado existem grandes e modernos complexos agroindustriais apoiados na avicultura, suinocultura, soja, maçã, fumo, leite e madeira, de outro é cada vez maior o número de agricultores que enfrentam problemas econômicos, sociais e ambientais. Um grande número de propriedades rurais, produtoras de alimentos básicos e matérias-primas, se encontra em sérias dificuldades, sendo que significativa parcela da população rural passa por um processo de empobrecimento, demandando ações urgentes.

Dentro deste contexto e tendo como referência o enfoque da sustentabilidade, foi instituído o Pronaf, em parceria entre os poderes públicos municipais, o governo estadual, o federal e a iniciativa privada; é executado de forma descentralizada, e nele os agricultores familiares e suas organizações representativas são, ao mesmo tempo, beneficiários e parceiros, participando na programação, na execução, no aporte de recursos, no monitoramento e na avaliação das ações.

O Pronaf vem atuando de forma a permitir que o agricultor possa estar preparado para assumir seu próprio desenvolvimento como pessoa humana, mas, acima de tudo, como cidadão, consciente de seus direitos

e deveres, juntamente com sua família. Busca a melhoria das condições de vida, além do aumento da produção agropecuária, traduzidas pelo acesso a saúde, educação, lazer e cultura, transporte, habitação, respeito ao meio ambiente, aumento da oferta de emprego, geração de renda, exercício da cidadania e participação efetiva nos processos decisórios.

Principais linhas de ação

O Pronaf atua no território catarinense de modo a propiciar aos agricultores familiares e suas representações o acesso aos meios de produção e ao crédito, o aumento da capacidade produtiva, a agregação de valor, a geração de empregos, a melhoria da renda e da qualidade de vida, para a consolidação do desenvolvimento rural sustentável, de forma descentralizada e participativa. Como instrumento de política pública, o Pronaf está alavancando o desenvolvimento da economia através de suas linhas de ação, que envolvem, basicamente, a negociação de políticas públicas, infra-estrutura e serviços nos municípios, crédito rural (financiamento da produção) e capacitação (assistência técnica, extensão rural, pesquisa agropecuária, profissionalização e gestão social).

O objetivo da negociação de políticas públicas é articular os órgãos do governo em seus vários níveis (federal, estadual e municipal) para que medidas sejam adotadas, atendendo à realidade da agricultura familiar. Para participar da negociação nas diversas instâncias, os conselhos municipais de desenvolvimento rural, juntamente com o Conselho Estadual, se constituem no fórum preferencial de discussão dos problemas e proposição de alternativas, para formulação das políticas que atendam aos interesses dos agricultores familiares.

Infra-estrutura e serviços municipais

A linha de ação infra-estrutura e serviços municipais abrange o apoio financeiro e técnico aos municípios para a implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocação de infra-estrutura e serviços necessários para dinamizar o setor produtivo e assegurar sustentação ao desenvolvimento. Com esta linha de ação estão sendo atendidos 69 municípios, contemplados de acordo com os critérios estabelecidos pelo programa, que são: populacional, fundiário e valor bruto da produção agropecuária, além do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – e da participação do município no Programa Comunidade Ativa. Os municípios selecionados no período de 1996 a 2001 são apresentados na Tabela 1.

Como o Pronaf apóia financeiramente as demandas contidas no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – PMDR –, priorizadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR – e diretamente voltadas aos aspectos produtivos da agricultura familiar, o programa exige que o Plano de Trabalho Anual para a aplicação dos recursos financeiros seja aprovado pelo CMDR, que se constitui no fórum de debates para o desenvolvimento rural sustentável. Desta forma, o conselho municipal passa a ser um requisito indispensável à formalização do contrato de repasse dos recursos financeiros e, para garantir sua representatividade, o CMDR tem que estar constituído por pelo menos 50% mais um de agricultores familiares, representantes das comunidades rurais e de suas entidades de classe.

A aplicação de recursos federais mobiliza a contrapartida do Estado, dos municípios, da iniciativa privada e dos beneficiários, gerando efeito multiplicador que dinamiza o desenvolvimento rural mediante o aumento da produção agropecuária, a

geração e manutenção de ocupações produtivas e a ampliação da renda. Em Santa Catarina, até o momento (1997-01) foram contemplados 69 municípios com o Pronaf/Infra-estrutura, investindo aproximadamente R\$ 33,5 milhões na forma de auxílio financeiro a estes municípios (Tabela 2). Tais recursos financeiros são aplicados, basicamente, nas atividades municipais contextualizadas no PMDR, mas, também, que satisfaçam as seguintes condições: que constem de pleitos diretamente vinculados ao desenvolvimento rural, que sejam realizados em áreas públicas com acesso do público assegurado e que sejam de uso coletivo. Dentro deste contexto, foram financiadas, principalmente, casas familiares rurais, agroindústrias, meios de produção (apicultura, avicultura, bovino-cultura, horto florestal, horticultura, piscicultura, suinocultura, etc.), beneficiamento da produção, comercialização (casas do produtor, telefonia rural, etc.), infra-estrutura básica (abastecimento de água, lixo doméstico/tóxico, máquinas e equipamentos, pontes/bueiros/estradas, serviços e/ou insumos, treinamentos/excursões, etc.) e outros.

Financiamento da produção (crédito rural)

O financiamento da produção visa a disponibilizar recursos financeiros para atender à demanda de crédito de custeio e investimentos para a implantação e/ou ampliação de atividades agrícolas e não-agrícolas geradoras de renda. É o segmento com maior volume de recursos e abrangência e se constitui num instrumento fundamental para o desenvolvimento da agricultura, permitindo associar aos fatores terra e mão-de-obra familiar o capital para investimentos e custeio. Os critérios de aplicação dos recursos são

Conjuntura

Tabela 1 - *Municípios contemplados com o apoio financeiro do Pronaf/Infra-estrutura e Serviços Municipais, que iniciaram o recebimento dos recursos no período de 1996 a 2001*

Região	Ano		
	1996	1997	2001
Caçador		1. Timbó Grande	2. Macieira
Campos novos	1. Campos Novos	2. Abdon Batista	3. Celso Ramos
Canoinhas	1. Mafra		2. Bela Vista do Toldo 3. Irineópolis
Chapecó	1. Campo Erê 2. Caxambu do Sul 3. Modelo 4. Quilombo	5. Águas Frias 6. Flor do Sertão 7. Formosa do Sul 8. Iraceminha 9. Irati 10. Planalto Alegre 11. Santiago do Sul 12. São Bernardino 13. São Miguel da Boa Vista 14. Serra Alta 15. Sul Brasil 16. Tigrinhos 17. Jupia	
Concórdia	1. Concórdia 2. Ipirá 3. Piratuba 4. São Domingos	5. Coronel Martins 6. Entre Rios 7. Paial	8. Passos Maia
Criciúma		1. São João do Sul 2. Santa Rosa do Sul	3. Jacinto Machado
Florianópolis	1. Garopaba 2. Leoberto Leal 3. São João Batista		4. Angelina
Itajaí	1. Botuverá 2. Luiz Alves 3. Rodeio		
Lages			1. Cerro Negro 2. Rio Rufino 3. São José do Cerrito
Rio do sul	1. Aurora 2. Dona Emma 3. Lontras 4. Petrolândia 5. Vidal Ramos	6. Agronômica 7. Witmarsum	8. Santa Terezinha
São Miguel do Oeste	1. Anchieta 2. Descanso 3. D. Cerqueira 4. Romelândia	5. Barra Bonita 6. Belmonte 7. Paraíso 8. Princesa	9. Bandeirante 10. Palma Sola 11. Riqueza
Tubarão	1. Armazém 2. Gravatal 3. Imaruí 4. Pedras Grandes 5. São Martinho 6. Treze de Maio		

estabelecidos de acordo com os grupos de agricultores familiares, definidos conforme o nível de renda bruta anual, a utilização de trabalho assalariado e a origem da renda. Com isso, procura-se criar uma dinâmica de atendimento com encargos financeiros, limites de crédito e garantias diferenciados, privilegiando os de menor renda com mais subsídios.

A aplicação de recursos financeiros para o atendimento ao crédito subsidiado do Pronaf atingiu, desde 1997, a cifra de R\$ 1,1 bilhão no Estado, beneficiando em torno de 120 mil agricultores familiares com custeio e investimentos (individuais e coletivos, associados ou não a capital de giro), nas atividades de produção agropecuária, processamento agroindustrial e colocação da produção no mercado e de incremento de atividades rurais não-agropecuárias, como turismo e artesanato (Tabela 3).

Capacitação de agricultores familiares

Recentemente, o Pronaf agregou ao crédito e à infra-estrutura os componentes de apoio tecnológico e capacitação gerencial para melhorar a viabilidade das propostas produtivas. Nesta linha de ação, estão sendo desenvolvidos projetos relacionados à capacitação de agricultores familiares, técnicos e outros agentes de desenvolvimento rural. Busca-se, basicamente, a elevação do nível de capacitação, de acordo com a estratégia do desenvolvimento sustentável, e a elevação da qualificação técnico-profissional dos agricultores em produção, beneficiamento, agroindustrialização e comercialização.

Também foram desenvolvidos projetos relacionados à pesquisa agropecuária, geração e difusão de conhecimentos e prestação de assistência técnica, extensão rural e

Conjuntura

transferência de tecnologia para os agricultores familiares catarinenses. Até o momento, o Pronaf já investiu mais de R\$ 12 milhões nesta linha de ação, destacando-se, dentre os projetos desenvolvidos pela Epagri, a agroecologia e novas alternativas de maricultura, como o cultivo de ostras de mangue, de camarão branco e de vieiras, que beneficiarão a faixa litorânea do território catarinense que vem sofrendo o êxodo de pescadores, provocado pela redução

da produção, pela ocupação desordenada, pela degradação ambiental e a pesca predatória. Merecem ainda destaque o Observatório do Agronegócio, implantado pelo Instituto Cepa/SC, o apoio à organização do produtor e mercado, a modernização dos meios de comunicação da Epagri, o trabalho de gestão agrícola para a melhoria dos sistemas produtivos em projetos-piloto de 600 propriedades, com acompanhamento e planejamento, o estudo de mercado para

banana, mexilhão, produtos orgânicos, derivados do leite, suínos, etc., além do programa de apoio às atividades produtivas agropecuárias em terras indígenas no território catarinense e do estudo do papel do jovem rural na dinâmica de desenvolvimento.

Considerações gerais

A agricultura familiar, com o apoio do Pronaf, constitui-se num importante segmento gerador de emprego e renda, buscando o estabelecimento de um padrão de desenvolvimento sustentável que possibilita a elevação do nível de satisfação e bem-estar econômico, social e ambiental dos agricultores e da sociedade em geral. Assim, a formação de parcerias para o fortalecimento do setor, através da implementação de projetos com foco na inserção competitiva dos agricultores familiares no mercado, é importante para a continuidade do Pronaf.

O Pronaf está comprometido com a responsabilidade social e goza de respeito e credibilidade junto à sociedade, como nunca na sua curta história. Por isso, é preciso divulgá-lo, identificar as fontes de recursos que o mantém e suportam, apontar os pequenos sucessos que começam a mudar a agricultura familiar e expor os bons exemplos, para multiplicar as experiências bem sucedidas desta tarefa de transformação da agricultura familiar catarinense.

Djalma Rogério Guimarães – eng. agr., M.Sc, Epagri/Pronaf/Instituto Cepa/SC, C.P. 1.587, 88034-000 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-3939, fax: (048) 334-2311, e-mail: pronaf@icepa.com.br; **Carlos Nery R. Cavalheiro** – eng. agr., M.Sc, Epagri/Pronaf/Infra-estrutura, C.P. 1.587, 88034-000 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-3905, fax: (048) 334-2311, e-mail: nery@epagri.ret-sc.br; **Carlos Luiz Gandin** – eng. agr., M.Sc, Epagri/Pronaf/Instituto Cepa/SC, C.P. 1.587, 88034-000 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-3914, fax: (048) 334-2311, e-mail: clg@epagri.ret-sc.br.

Tabela 2 – Recursos aplicados no apoio financeiro aos municípios pelo Pronaf/Infra-estrutura, no período de 1997 a 2001

Ano	Municípios	Pronaf	Prefeitura	Total
1997	17	2.997.263,00	582.761,12	3.580.024,12
1998	52	6.777.242,61	1.770.323,45	8.547.566,06
1999	57	7.957.637,80	1.109.415,76	9.067.053,56
2000	57	8.512.975,00	899.520,00	9.412.495,00
2001	16	2.449.800,00	493.050,00	2.942.850,00
Total	69 ¹	28.694.918,41	4.855.070,33	33.549.988,74

¹Número de municípios atendidos, sem repetição.
Fonte: Secretaria Executiva do Pronaf/SC.

Tabela 3 – Aplicação de recursos financeiros para o atendimento ao crédito subsidiado do Pronaf, para custeio e investimentos, no período de 1996 a 2001

Ano agrícola	Total	
	Nº contratos	Valor (R\$ 1.000)
1996/97	97.975	135.684,19
1997/98	85.724	226.500,00
1998/99	92.666	214.982,00
1999/00	110.084	263.900,00
2000/01 ¹	107.426	232.279,94
Total	493.875	1.073.346,13

¹Dados estimativos, ainda não totalmente computados.
Fonte: Banco Central do Brasil.